



A compra da liberdade: apontamentos paleográficos e históricos de uma carta de alforria nas Minas setecentistas.

The purchase of freedom: paleographic and historical notes from a letter of manumission in eighteenth-century Minas Gerais.

La compra de la libertad: apuntes paleográficos e históricos de una carta de libertad en las Minas setecentistas.

Soélis Teixeira do Prado Mendes [*]

Lucas de Melo Machado [**]

[*] Professora de Linguística e de Língua Portuguesa na graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG e licenciada em Letras, habilitação língua portuguesa e suas literaturas, pela mesma Universidade. Os dados aqui apresentados fazem parte da pesquisa *A edição de manuscritos de Minas Colônia e a elaboração de um álbum de paleografia* – desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Processo 310008/2022 – (bolsista de produtividade PQ2). E-mail: soelis@ufop.edu.br

[**] Bacharel em História pela UFOP, graduando em Licenciatura em História pela mesma Instituição. E-mail: lucas.machado1@aluno.ufop.edu.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar duas edições de uma *Carta de Liberdade* ou de *Alforria* por meio da qual Maria Florinda liberta sua escrava Joanna de nação courana; tal documento foi produzido no ano de 1740, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, em Minas Gerais. Para além de apresentar essas edições, a fac-similar e a diplomática, também pretendemos fazer comentários paleográficos e históricos sobre aspectos da vida privada e da vida judicial do período. Como procedimentos metodológicos para edição do manuscrito, propusemos: normas de transcrição e a elaboração do alfabeto de punho do escrivão que exarou esse documento.

Palavras-chave: carta de alforria; edição diplomática; século xviii.

Abstract: This paper presents two editions of a Letter of Freedom or Manumission through which Maria Florinda frees her slave Joanna, from Courana nation. This document was produced in 1740 in Vila de Nossa Senhora do Carmo, which is currently the town of Mariana, Minas Gerais. In addition to presenting those editions, the facsimile and the diplomatic, we also intend to make paleographic and historical comments on aspects of private and judicial life during that period. As for methodological procedures on editing the manuscript, we proposed: transcription norms and the creation of the alphabet used by the scribe who set this document in writing.

Keywords: letter of manumission; diplomatic edition; eighteenth century.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar dos ediciones de una Carta de Libertad o de Alforría mediante la cual Maria Florinda concede la libertad a su esclava Joanna, de nación courana. El documento fue elaborado en el año 1740, en la entonces Villa de Nossa Senhora do Carmo, actual Mariana, en Minas Gerais. Además de ofrecer las ediciones facsimilar y diplomática, se incluyen comentarios paleográficos e históricos sobre aspectos de la vida privada y judicial del período. Como procedimientos metodológicos para la edición del manuscrito, se establecieron normas de transcripción y se elaboró el alfabeto manuscrito del escribano que redactó el documento.

Palabras clave: carta de libertad; edición diplomática; siglo XVIII

Considerações iniciais

O assunto a ser discutido neste artigo é parte constituinte do projeto “*A edição de manuscritos de Minas colônia e a elaboração de um álbum de paleografia*”, CNPq (Processo 310008/2022 - bolsista de produtividade PQ), desenvolvido pela autora. Nosso objetivo aqui é apresentar uma edição fac-similar e a respectiva diplomática de uma *Carta de Liberdade*, exarada no ano de 1740, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, em Minas Gerais; além disso, pretendemos fazer alguns apontamentos paleográficos e históricos relativos a esse manuscrito.

O referido documento, que pertence ao acervo da *Casa Setecentista de Mariana* e se refere ao cartório de 1º. Ofício, foi digitalizado por meio da câmera EIS R100, lente RF-S 18-45mm, da Canon. Para realização da edição, foi necessário (i) propor as normas de transcrição, com base em Mendes (2008) e Cambraia *et al* (2001) e (ii) estabelecer o alfabeto do punho do escrivão Antonio Fagundes da Costa (Fachin 2009), sobre o qual discorreremos adiante. Para a montagem do quadro de alfabetos foi necessário, após leituras atentas do testemunho, pinçar cada grafema de A a Z, em caracteres maiúsculo e minúsculo, esses últimos recortados de diferentes posições na sílaba do vocábulo – início, meio e fim – apesar de nem todos terem sido localizados. Uma vez “pinçado” o grafema do documento digitalizado, a imagem foi “melhorada” com a ajuda da ferramenta *Auto Photo Cut*, que corta o grafema, remove o fundo, permitindo colá-lo no quadro. Após isso, procedemos à transcrição e edição do manuscrito sob análise.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, além de apresentarmos as edições, faremos breves discussões sobre dados paleográficos referente ao manuscrito; numa segunda parte, são apresentados breves apontamentos históricos que a Carta de Liberdade nos levou a elaborar.

Apresentação do manuscrito e sua edição

O manuscrito sob análise é uma *Carta de Alforria*, conforme será discutido no próximo tópico, por meio da qual Maria Florinda liberta sua escrava Joanna da nação courana. O termo “alforria” é de origem árabe *al + horria* = libertar (Fontinha 1956, 97), e seu emprego é bastante antigo o que indica a ancianidade desse procedimento. Isso porque da escravidão antiga, “passando pela escravidão de cristãos entre os muçulmanos do norte da África e pela escravidão que existiu na África subsaariana, antes mesmo da chegada dos primeiros europeus nessa região”, alguns tipos de libertação de escravos surgiram e foram praticados (Paiva 2003, 21). A escravidão moderna, embora tivesse formação e funcionamento bastante diversos e complexos, “fomentou algumas dessas antigas práticas de manumissão (termo de origem latina que também significa libertação), além de ter inventado outros tipos (Paiva 2003, 21).

Com relação à edição do manuscrito, faremos uma breve discussão sobre os diferentes tipos de edição existentes e qual delas se refere a que nos propusemos a fazer aqui. Em seguida, apresentaremos: (i) as normas utilizadas para a edição proposta, (ii) o alfabeto do punho sob análise e, finalmente, (iii) um breve comentário paleográfico. Entretanto, antes de avançarmos, convém apresentarmos a diferença entre transcrição e edição de documento. Enquanto a primeira se refere à ação de copiar um texto, seja de áudio ou de um manuscrito, para um novo suporte; a edição é um procedimento complexo que abrange não só a reprodução de um documento para que ele se torne mais claro e adequado ao leitor, bem como o próprio ato da transcrição. Vale acrescentar também que, na transcrição de um documento pretérito, o tipo de escrita, em geral a manuscrita, se altera para caracteres modernos.

Tipos de edição

A edição de textos antigos tem um papel histórico-cultural diretamente ligado à propagação da memória de certos grupos entre distintos públicos – dos mais leigos aos mais versados – a depender da modalidade de edição adotada. O processo de edição assume também o papel de perpetuação, contribuindo para a preservação do suporte material que contém o texto manuscrito. Em outras palavras, à medida que a circulação do texto editado se dá de forma mais abrangente e

acessível, pode-se abrir mão da consulta ao original. Por isso, a necessidade de se fazer um trabalho reto e embasado em normas claras que sejam seguidas fielmente, que é o que pretendemos fazer.

Segundo Spina (1977), existem diversas maneiras de se editar um texto: a edição *fac-similar* ou mecânica, a diplomática ou conservadora, a semidiplomática ou paleográfica e a edição crítica. A opção por uma ou mais de uma dessas depende do público-alvo. Isso porque, como bem afirma Cambraia (2005), dificilmente uma mesma edição pode ser adequada a um público indistintamente. No presente artigo, vamos apresentar, parcialmente, a edição *fac-similar* e a respectiva edição diplomática do manuscrito sob análise. No primeiro tipo, ou seja, *fac-similar* ou mecânica, há um grau zero de mediação, já que apenas ocorre a reprodução de um testemunho através de meios mecânicos, fotografia, xerografia, escaneamento, digitalização etc. Já o segundo tipo de edição, a diplomática, tem por objetivo principal transcrever em caracteres da imprensa moderna as escritas antigas, procurando interferir o mínimo possível no documento. Esse tipo possui baixo grau de mediação, e a transcrição é rigorosamente conservadora justamente porque são mantidos os sinais abreviativos, de pontuação, paragrafação, translineação, além de não serem desfeitas as fronteiras de palavras.

No entanto, não se pode perder de vista que, não obstante todo o cuidado por parte do editor, “uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo” (Cambraia 2005, 94). Já a semidiplomática ou diplomático-interpretativa (Spina 1977) sofre algum tipo de intervenção por parte do editor que desfaz as abreviaturas do testemunho e estabelece as fronteiras entre palavras. E, finalmente, a edição crítica que se caracteriza pelo confronto de mais de um testemunho no processo de estabelecimento do texto, que pode ser autógrafo ou apógrafo. O objetivo desse tipo de edição é reconstruir a última forma que seu autor lhe havia dado. Todas as intervenções do editor devem ser registradas no aparato crítico. Para o presente artigo, nossa proposta é apresentar uma edição diplomática, visto que nosso objetivo é apresentar ao público a *Carta de Alforria* tal como ela se apresenta à época, em que pese nossa leitura ser uma interpretação, como já mencionado.

Normas de transcrição e a edição do manuscrito

Para elaboração de qualquer tipo de edição, é necessário que sejam adotados critérios bem elaborados para o reconhecimento e identificação de caracteres, de forma que o texto original seja respeitado, e para que as características linguísticas dos documentos sejam preservadas. Com relação a esse tipo de preservação, gostaríamos de salientar que, para o pesquisador da Linguística Histórica, que investiga por que a língua muda (ou por que não muda) com o passar do tempo, é

importante manter as estruturas linguísticas, sua morfologia e sua sintaxe, manifestas no documento. Isso porque aquele uso pode ser representativo da norma do período em que o testemunho foi exarado, daí a necessidade de a transcrição e edição fazerem uso de critérios fidedignos.

Embora as normas tenham os propósitos mencionados, não há como eximir o editor de cometer alguns equívocos, já que “Tanto quem copia um manuscrito, quanto quem edita, está sujeito a algum tipo de lapso, mesmo até os mais atentos” (Fachin 2009, 255).

Tendo em isso em conta, para esse labor, elaboramos um conjunto de princípios para a realização da transcrição do manuscrito ora analisado, o qual teve como base o modelo adotado por Mendes (2008) e por Cambraia *et al* (2001), senão vejamos:

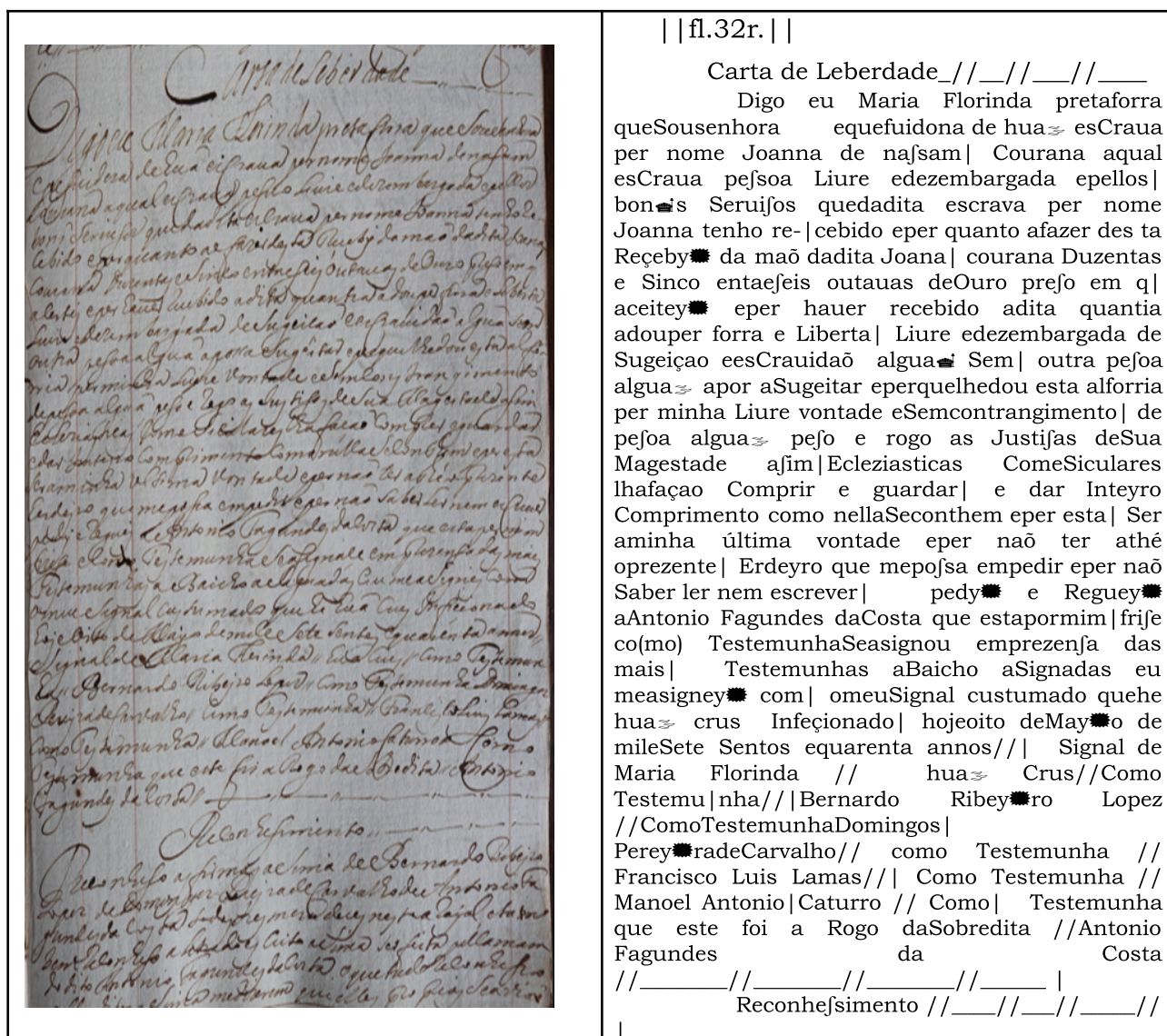
- a) A transcrição procurará ser fiel ao texto original;
- b) Não serão desdobradas as abreviaturas¹;
- c) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver; Ex: “eesCrauidaõ”; “dadita”;
- d) Serão mantidas a pontuação e acentuação originais;
- e) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original: “TestemunhaSeasignou”
- f) Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, a sua transcrição será feita entre parênteses: ();
- g) São transcritos na sua forma original os numerais, tanto indo-arábicos como romanos;
- h) Serão apontadas antes da transcrição as intervenções de terceiros no documento original, bem como o seu estado de conservação;
- i) Serão informadas em nota as anotações de outro punho, as alterações e os borrões de tinta;
- j) Os caracteres cuja leitura se apresenta impossível em seu lugar será colocado entre parênteses (ilegível);
- k) Palavra(s) danificada(s) por algum tipo de corrosão será(ão) indicada(s) entre colchetes, assim: [corroída] ou [corroídas]. Em se tratando de um trecho de maior extensão danificado pelo mesmo motivo será indicada entre colchetes a expressão [corroída + de 1 linha];
- l) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio será indicada com duas barras verticais: ||;

¹ Fizemos a opção pelo não desdobramento das abreviaturas por reconhecer que se trata de registros linguísticos que necessitam de uma atenção especial a qual não será tratada neste trabalho.

- m) As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicadas, nesse caso, entre duas barras verticais, além de apresentar o estado do fôlio. Exemplos: ||fl.1r. ||; || fl.1 v. ||;
- n) Se o original não for numerado ou estiver ilegível sua numeração, os números acrescentados serão impressos entre colchetes, indicando-lhes o estado do fôlio. Exemplos: [fl.1 r.]; [fl.1v.];
- o) As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas.
- p) Os fragmentos de frases ou palavras que foram suprimidos pelo escrivão serão indicados em nota.

A seguir, apresentamos as edições fac-similar e a diplomática.

Figura 01. Comparação entre as edições fac similar e diplomática do documento analisado



	Reconheço as firmas aSima deBernardo Ribeyro Lopez de Domingos PereyradeCarvalho deAntonio Fa gundes da Costa todos tres moradores nesteaRayal, etambem Reconheço aletradoescrito aSima Ser feita pella mam do dito Antonio Fagundes daCosta. O quetudoReconheço delles ditos aSima medizerem que elles proprios Seaviaõ
--	---

Fonte: Autores

Apontamentos paleográficos

Tipo da letra

Para Nunes (1969, 11), existe uma dificuldade em obter maiores dados acerca da escrita do século XVIII, isso porque “(...) a maioria dos compêndios emudece, e deixa-nos desamparados, ao atingir os começos do século XVI”. Também nós nos deparamos com essa mesma situação, mesmo decorridos 56 anos da afirmação acima, pois, ao consultarmos álbuns de paleografia e de diplomática de diferentes autores, nenhum deles apresenta dados referentes aos séculos XVIII e XIX. Nunes, no volume I da obra já mencionada, faz o anúncio de que as escritas referentes a esses séculos faltantes seriam tratadas no próximo volume, mas, infelizmente, a obra não foi concluída. Entretanto, faz algumas considerações acerca desse tipo de escrita a que ele chama de *letras modernas*.

O autor, então, apresenta o que ele chama de características dessas letras modernas. Segundo ele, como é usada a pena fina e flexível, instala-se “um barroquismo quase delirante, uma espécie de arte-pela-palavra”; “na letra em si, opera-se uma simplificação extrema uma forte degradação gráfica nos aspectos funcional, de legibilidade, e estético”. Os tipos base reduzem-se a, praticamente, dois: um caligráfico moderado e “um cursivo que evita sê-lo em demasia” (Nunes 1969, 14-15). Entretanto, Galende (1999), um estudioso da paleografia, apresenta alguns dados descritivos da escrita do século XVIII que nos permitem, de alguma forma, caracterizar a escrita do manuscrito sob análise.

Para a proposição da periodização da escrita latina, há autores que seguem critérios diversos: cronológicos, geográficos, linguísticos e gráficos. No entanto, é preciso que haja uma combinação entre eles para que a classificação seja mais eficaz (Galende 1999). Ao verificarmos as classificações estabelecidas por diferentes paleógrafos, constatamos que apenas um determinado grupo propõe uma categoria diferenciada para a escrita do documento objeto de análise neste artigo. Para aqueles que seguem critérios histórico, cronológico e cultural, nosso manuscrito possui uma

escrita moderna que vai do século XV ao XVIII, tal como definiu Nunes (1969) para a escrita dos séculos XVII e XVIII. Já Galende, que se baseia no critério gráfico, divide o período humanístico em duas fases, e a escrita da *Carta de Liberdade* pertenceria ao *humanístico tardio* que vai do século XVI até a primeira metade do XVIII.

Elisa Ruiz (1999), por outro lado, defende que há dois tipos de escrita humanística: a direita (humanística redonda) e a inclinada (cursiva ou itálica), que possui variedades: inclinada, canceleresca e bastarda. Esta última, segundo ela, foi utilizada na Espanha em fins do século XVI até o começo do século XVIII, além de ter sido muito difundida nos manuais de escrever. Esse também parece ser o caso de Portugal, pois é o que registra o manual de 1722 *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* de Manoel de Andrade de Figueiredo, calígrafo português. A partir disso, vamos assumir, neste artigo, que a escrita do manuscrito sob análise pode ser classificada como escrita humanística bastarda, em que pese o que nos diz Almada (2012):

Não existe um consenso quanto à designação de cada tipo de letra, o que torna muito difícil a sua identificação para fins de catalogação. Há ainda todas as variações no ductus da letra, vinculadas à personalização do traço e também aos diversos níveis de aprendizado da caligrafia que podem ser percebidos na prática escriturária (Almada 2012, 55).

Observando o fôlio, verificamos que há marcação de margens, direita e esquerda, mas que não são consideradas; inexistem margens superior e inferior e, por isso, a mancha ocupa praticamente todo o espaço. A escrita possui tamanho regular, inclinado para a direita, apresenta-se linear, possui peso leve e apenas no segmento inferior do grafema /C/ de *Carta*, que intitula o manuscrito, a escrita está mais forte; não há praticamente rasuras ou borrões, mas verifica-se uma corrosão feita por algum agente externo. O punho predominante é do escrivão *Antonio Fagundes da Costa*, mas há um punho “alógeno” que registra o número do fôlio ||32||, seguido de uma assinatura Torres.

A proposição do alfabeto do punho

Por que propor o alfabeto do punho do manuscrito que se está editando? O pesquisador que lida com a edição ou transcrição de textos manuscritos sabe que esse labor é naturalmente lento e, antes de tudo, bastante criterioso. Isso porque, para além do estado de conservação do documento o qual, muitas vezes, pode prejudicar a leitura, cabe ao investigador habituar-se com o tipo de escrita. Um artifício que contribui para esse processo de edição é a proposição de um alfabeto do punho que grafou o documento. Conforme Fachin (2009):

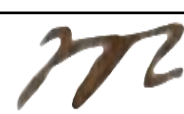
Primeiramente, é preciso que o editor componha o alfabeto da escrita dos manuscritos que estão sendo editados, selecionando cuidadosamente exemplos de cada letra que vão lhe auxiliar no processo de

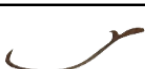
transcrição. De preferência, deve-se organizá-los pela posição onde aparecem na palavra, início, meio ou fim (...) (Fachin 2009, 259).

A seguir, apresentamos o alfabeto do punho de Antonio Fagundes da Costa que registrou a *Carta de Liberdade* sob análise.

Quadro 01. Alfabeto de punho de Antonio Fagundes da Costa

Letra	Maiúscula	Minúscula		
		Inicial	Medial	Final
A/a				
B/b				-
C/c				-
D/d				-
E/e				
F/f				-
G/g	Não localizado			-
H/h	Não localizado			-

I/i				
J/j		Não localizado		-
L/l				
M/m				
N/n				
O/o				
P/p				-
Q/q	Não localizado		Não localizado	-
R/r				
S/s				

T/t				-
U/u	Não localizado			
V/v				-
W/w	Não localizado	Não localizado	Não localizado	-
X/x	Não localizado	Não localizado	Não localizado	-
Y/y	Não localizado	Não localizado		
Z/z	Não localizado	Não lo 		

Fonte: Por autor.

Conforme se depreende desse quadro, são apresentados grafemas de A a Z em caracteres maiúsculo e minúsculo; esse último em diferentes posições: início, meio ou fim de sílaba. Entretanto, ele não exaure todos os variados traços com os quais esses grafemas são manifestos nessas posições no documento (vale dizer que se optássemos por apresentar todas as variantes, o referido quadro ficaria muito extenso!). Isso ocorre porque, como bem adverte Spina (1977), a escrita cursiva, por ser corrida, não permite muitas pausas para descanso de punho, o que pode causar dubiedade ao pesquisador em certos trechos, pois alguns grafemas, a depender do seu traçado, podem se assemelhar a outros, conforme veremos a seguir.

Características paleográficas do punho

Neste subtópico, apresentaremos alguns dos grafemas cujos traçados, em alguns vocábulos, nos proporcionaram algum tipo de dificuldade durante a leitura do testemunho, vejamos:

Figura 02. Exemplos de grafemas de traço curto

(i)



[possuidora]

[escrava]

Fonte: Por autor.

No vocábulo [possuidora], o grafema /o/, na sílaba /do/, possui um traçado muito semelhante ao /e/ da sílaba /es/, do vocábulo [escrava]. Nos dois vocábulos, os grafemas /o/ e /e/ possuem um traço curvo, que forma uma laçada na parte superior, descendo até a base ainda nesse formato curvo.

Figura 03. Grafemas com ligaduras de ângulo fino

(ii)



[Couruana]

[este]

Fonte: Por autor.

Em [Courana], o traçado do grafema /r/ se assemelha ao do grafema /s/ do vocábulo [este]. Verificamos que tanto num quanto em outro, o traço, que faz uma ligadura com /u/ e /e/, respectivamente, de [Courana] e [este], segue até um nível ligeiramente superior, forma um fino ângulo de, aproximadamente 20^o.^e desce em seguida num traço curvo.

Figura 04. Semelhanças entre os grafemas /z/ e /r/

iii)



[duzentas]

[recebido]

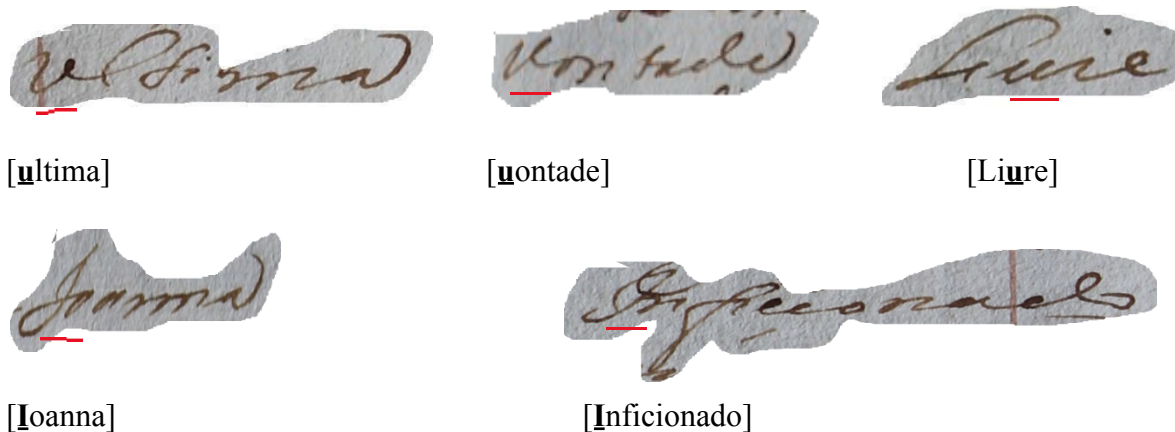
Fonte: Por autor.

O grafema /z/ do vocábulo [duzentas] possui um traço semelhante ao /r/ do vocábulo [recebido], embora esse último possua uma dimensão maior, tal como um maiúsculo, que o /z/. Verificamos que seu traçado se inicia na parte superior, faz uma curva, e desce para, em seguida, fazer outra curva na parte inferior.

iv)

Não verificamos, no documento, as letras ramistas, ‘j’ e ‘v’, assim chamadas, conforme se sabe, em homenagem a Pierre de la Ramée que as criou, já que ambas eram inexistentes no latim, em distinção às letras “i” e “u”. No manuscrito sob análise não é feita essa distinção, o que pode causar estranhamento aos iniciantes na arte da transcrição, vejamos:

Figura 05. Exemplos de ausência de letras ramistas



Fonte: Por autor.

Em todos os casos citados (i, ii,iii,iv), no primeiro contato por meio do qual o investigador procura se familiarizar com os traços dos grafemas para elaboração do alfabeto, causa-lhe desconforto a leitura desses e de outros vocábulos até perceber que, na escrita do documento, as letras ramistas não fazem parte do texto. O contexto discursivo contribui, muitas vezes, para dar melhor direcionamento à leitura, associado, muitas vezes, ao contexto ortográfico.

Analisemos o caso do vocábulo [Liure], os grafemas /Li/ são facilmente identificáveis, entretanto, os seguintes precisam de um maior investimento: o investigador, como é recorrente a qualquer pesquisador, faz pequenas comparações com vocábulos anteriormente grafados cuja leitura foi realizada; assim faz um cotejo entre os grafemas e verifica que /u/ pode ser mesmo a vogal /u/; o

grafema seguinte pode ser tanto um /r/ como um /s/ (conforme tratamos anteriormente). Mas o investigador verifica que a realização da sequência grafemática [Liuse] não pertence à estrutura vocálica da língua portuguesa, restando, então, a sequência [Liure] que será lida [Livre]. Conforme se verifica, a leitura descuidada ou apressada por parte daquele que está a transcrever pode ensejar em erros, e, em se tratando de um pesquisador da Linguística Histórica, a leitura inadequada pode comprometer sua análise.

A seguir apresentaremos comentários históricos que o manuscrito nos proporcionou elaborar.

Apontamentos históricos

O documento aqui analisado refere-se à cópia de uma *Carta de Alforria*, datada de 1740, na qual Maria Florinda, uma mulher forra, dá a liberdade à Joanna da nação Courana (referida como Joanna Courana, no restante do manuscrito). Exarado em Inficionado (atualmente esse distrito de Mariana (MG) é chamado de Santa Rita Durão), o documento aparenta ter sido escrito no final da vida de Maria Florinda, visto que a autora menciona que esta é sua “última vontade”.

O manuscrito apresenta diversos aspectos interessantes a respeito da vida privada e da vida judicial do período. Na parte inicial da *Carta*, é feita a declaração de que Joanna Courana está recebendo sua liberdade e, logo em seguida, menciona-se que tal evento só ocorreu após Maria Florinda *receber* 256 oitavas de ouro das mãos da própria escravizada; daí inferirmos que Joanna Courana comprou sua liberdade. Segundo Bellotto (2002, 25), a carta de alforria é um documento “que comprova a libertação de um escravo”, e tal mecanismo de libertação poderia ser concedido de modo gratuito ou pago, mediante a livre e espontânea vontade do senhor ou senhora (Silva 2017, 3). Tais cartas de alforria poderiam ser compradas pelos próprios escravizados, desde que eles conseguissem o dinheiro e os meios para tal. Conforme Paiva (2003), houve muitas alforrias pagas e, como apontam pesquisas, essa categoria parece ter sido “a mais importante, e dela tenha saído a maioria dos forros que habitaram as Minas Gerais” (2003, 22). Ainda segundo Silva (2017, 4), o escravizado poderia vender produtos ou trabalhar em profissões como alfaiate, sapateiro, dentre outras. Nesses casos, segundo o autor, havia um acordo entre o escravizado e seu dono, garantindo que parte do lucro fosse para o dono, e parte para o escravizado.

Analisando o cenário apresentado no manuscrito sob análise, acreditamos que Joanna trabalhava com mineração, uma vez que ela realizou o pagamento por sua liberdade em oitavas de ouro. A presença de mulheres escravizadas na mineração não era algo incomum, conforme mostrado por Furtado (2020). Segundo a autora, é possível encontrar mulheres escravizadas ou

forras em todas as etapas da mineração na Minas Gerais do século XVIII, principalmente originárias da região africana da Costa da Mina, como é o caso de Joana, que é de nação Courana, região localizada no Golfo do Benim. Conforme mostrado por De Castro Maia (2020), africanos identificados como couranos (ou courás) estavam presentes nas regiões de Villa Rica (Ouro Preto) e de Mariana. Com base nisso, levantamos a hipótese de Joanna ter sido uma mulher courana que atuou na mineração em um ou outro desses locais.

Outro aspecto de interesse presente na *Carta* sob análise é o fato de Maria Florinda, dona de Joanna Courana, ser ela mesma uma mulher forra. A existência de escravizados e pessoas forras enquanto donos de escravizados não era algo incomum, ocorrendo no meio rural e no meio urbano. Segundo Nóbrega (2006, 28), tanto pessoas ainda em cativeiro, quanto pessoas já forras, eram capazes de ser donos de escravizados. Em muitos casos, ao alcançarem sua liberdade, diversas pessoas forras, principalmente mulheres, optavam por adquirir escravizados. Tal ação, segundo o pesquisador, ocorria devido à adoção e à introjeção de valores e culturas da elite escravista. Além disso, prossegue o autor, ao adquirir um escravizado, o recém-criado senhor conseguia explorar o trabalho de seu cativo, ascendendo-se socialmente.

Ainda segundo Nóbrega (2006, 29), os traços culturais da elite branca adotados pelo senhor de escravos forro se mantinham até no momento da morte: como em muitos casos de senhores brancos, ao chegar o momento da morte, eles realizavam a libertação de alguns de seus escravizados. Tal ação poderia manifestar um desejo de salvação divina e de reconciliação espiritual. Como vimos no manuscrito, Maria Florinda deu a liberdade à Joanna em um de seus últimos desejos e, como a própria autora da *Carta* deixa claro, ela não possuía herdeiros que pudessem contrariar sua decisão, e deu a liberdade à Joanna *de livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma*.

Um terceiro aspecto de interesse no documento, que nos leva a analisar as características da vida judicial no período, é a parte final. A autora da *Carta* deixa claro que não sabe ler ou escrever, que a tal carta está sendo redigida por uma pessoa de confiança na presença de testemunhas. Dessa forma, mesmo não sabendo escrever, coloca seu sinal (uma marcação pessoal) no documento, havendo explicado suas características: “uma cruz”. Além dessa marcação pessoal, existem, também, as assinaturas das testemunhas.

Na parte final do manuscrito, existe um Despacho, que, segundo Bellotto (2002, 30), apresenta a decisão de uma autoridade. Esse despacho, realizado em 1741 (ou seja, um ano após a escrita da carta de alforria), intitulado “Reconhecimento”, apresenta uma comprovação de que o conteúdo da carta de alforria de Joanna é verdadeiro.

A existência desses dois registros no documento nos mostra um pouco do sistema burocrático do período, visto que, entre as assinaturas, encontram-se as do tabelião, das testemunhas e da pessoa que redigiu o documento. Percebemos que o manuscrito, de forma integral, é a cópia de um processo documental, o que pode ser comprovado devido à ausência de assinaturas e da indicação, na parte inferior do documento, de que este era o traslado de uma *Carta de Liberdade*.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos as edições fac-similar e diplomática de uma *Carta de Alforria*, datada de 1740, exarada em Mariana (MG), pelo escrivão Antonio Fagundes da Costa. Como metodologia de transcrição, propusemos normas as quais procuramos seguir a fim de que o texto original do manuscrito fosse preservado. Propusemos, também, o alfabeto do punho do referido escrivão para que a leitura do testemunho pudesse ser menos árdua. Essa proposição mostrou-se eficaz quando da leitura de vocábulos que apresentavam grafemas com traços similares, dada a possibilidade de comparação entre eles. Muitas vezes, o contexto discursivo em que um vocábulo aparece pode, claro, colaborar para a “dedução” do contorno dessa palavra; mas e quando ocorre uma estrutura que não é mais vigente na norma da língua portuguesa contemporânea? A comparação do traçado das letras a partir do quadro de alfabeto pode ser de grande utilidade. A partir de uma breve discussão sobre o tipo de escrita do século XVIII, período do documento analisado, decidimos se tratar do tipo humanística bastarda.

Quanto aos aspectos históricos do documento, constatamos que ele apresenta características sociais e jurídicas de extrema importância à compreensão da vida cotidiana na Mariana setecentista. Por se tratar de um fragmento, e não um documento inteiro, não conseguimos discutir outras questões a não ser aquelas com base nas informações apresentadas. Porém, até mesmo as informações “pela metade” nos permitem criar hipóteses a respeito das vidas das pessoas mencionadas na documentação, mostrando, através de uma carta de alforria, como a sociedade setecentista era dinâmica e diversa, fugindo às noções estereotipadas que geralmente são criadas a seu respeito.

Referências Bibliográficas

Almada, Márcia. 2012. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Bellotto HL. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*. 2002; (jan/jun 2002): 167-175

Cambraia, César Nardelli *et al.* 2001. “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil”. Em *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo II. Rosa Virgínia Matos e Silva (org.). 552-555. São Paulo: Humanitas/FFLCH/FAPESP.

Cambraia, César Nardelli. 2005. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.

De Castro Maia, Moacir Rodrigo. “Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII”. *Afro-Ásia*, Salvador, 62 (2020): 9-45.

Fachin, Phablo Roberto Marchis. “Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas”. *Filologia e Linguística Portuguesa*. SP: Humanistas/USP, (2009): 10-11.

Figueiredo, Manoel Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: Occidental, 1722.

Fontinha, Rodrigo. *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreiras, 1956.

Furtado, Júnia Ferreira. “Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII”. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 1 (2020): 1-49.

Galende, Juan Carlos. 1999. “Ciclos escriturários”. Em *Introducción a la paleografía y la diplomática general*, Ángel Riesco Terrero. 33-48. Madrid: Síntesis.

Mendes, Soélis T. do Prado. “Combinações lexicais restritas e manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral”. 2008. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Nóbrega, Guilherme Cabral. Senhores negros: um breve estudo sobre libertos donos de escravos em Mariana de 1750 a 1760. 2006. Monografia, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/176_guilherme_cabral_nobrega_-_senhores_negros_um_breve_estudo_sobre_libertos_donos_de_escravos.pdf?m=1525724435

Nunes, Eduardo Borges. 1969. *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Paiva, Eduardo França. 2003. “Alforria e Coartação”. Em *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial*, Adriana Romeiro, e Ângela Viana Botelho. Belo Horizonte: Autêntica.

Ruiz, Elisa. 1999. “La escritura humanística y los tipos gráficos derivados”. Em *Introducción a La paleografía y La diplomática general*, Ángel Riesco Terrero. 149-175. Madrid: Síntesis.

Silva, Rodrigo Caetano. 2017. “As cartas de alforria: compras e concessões por livre e espontânea vontade”. XXIX Simpósio Nacional de História - SNH/ANPUH. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501722337_ARQUIVO_ArtigoRevisado-AsCartasdeAlforria.pdf.

Spina, S. 1977. *Introdução à edótica*. SP: Cultrix.

Fonte documental

Carta de Liberdade – 1º. Ofício – ano: 1740 - Casa Setecentista de Mariana.